



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ

EDITAL Nº 2/2023/PROGEP/IFAP
AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS EM NÍVEL STRICTO SENSU E ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Nº	Nome do servidor	Razão do recurso	Análise do recurso
1	Hutson Roger Silva	<p>O Item 2.2 do edital estabelece requisitos para servidores pertencentes à carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE) que desejam se candidatar a cursos de pós-graduação. Conforme o item I e II, é exigido que os servidores tenham 3 anos no cargo, com o estágio probatório homologado, para mestrado, e 4 anos no cargo para doutorado. No entanto, gostaria de chamar a atenção para uma possível incongruência com a legislação vigente.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais, o período de exercício para servidores públicos da autarquia federal é de 3 anos de exercício para mestrado e 4 anos para doutorado.</p> <p>Contudo, a Lei nº 12.772, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, especifica em seu § 2º que "Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de mestrado ou doutorado independentemente do tempo de ocupação do cargo." Isso implica que servidores que ocupam o cargo de docente, ao qual a Lei nº 12.772 se aplica, não precisam cumprir um tempo mínimo de ocupação do cargo para se candidatarem a cursos de pós-graduação.</p> <p>Portanto, acredito que o edital deveria ser esclarecido para incluir essa importante exceção prevista na Lei nº 12.772, para garantir que os servidores do IFAP que são docentes tenham igualdade de oportunidades de acordo com a legislação em vigor. Assim, acredito que seria necessário incluir no item que esse tempo não se aplica aos docentes, somente para</p>	<p style="text-align: center;">Indeferido</p> <p>O recurso de impugnação, não adentra ao mérito de ilegalidade do certame. Observa-se que o Edital não anula garantias de direitos aos servidores do IFAP, assegurando a isonomia e o cumprimento dos mecanismos legais de cada carreira, TAE e Professor EBTT. Ressalta por sua vez, que o item 2.2, refere-se exclusivamente a carreira TAE, não tendo relação alguma com a carreira Professor EBTT, portanto, é incompatível a associação e explanação do cumprimento legal, na qual obedece ao edital.</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ

		dar mais clareza no processo.	
2	Marina De Almeida Cavalcante	<p>Prezada comissão, tendo em vista que o IFAP conta com 07 unidades administrativas (Laranjal do Jari, Macapá, Santana, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Reitoria) gostaria de saber qual o critério adotado para o quantitativo de vagas ofertadas neste edital, já que a reitoria teve suas vagas distribuídas por pró-reitorias/direções/setores, enquanto os campi, não tiveram essa mesma distribuição. Sendo assim, a quantidade de vagas destinadas apenas para a Reitoria são 9 para mestrado, 9 para doutorado e 2 para pós-doutorado, enquanto o campus Macapá, por exemplo, que é o maior campus, está somente com uma (1) vaga para mestrado, uma (1) para doutorado e uma (1) para pós-doutorado. Qual o critério adotado? Com base no exposto, solicito que o quantitativo de vagas seja reconsiderado, adotando-se o princípio da isonomia.</p>	<p style="text-align: center;">Indeferido</p> <p>O critério de distribuição para a carreira TAE e Professor EBTT, obedeceu a autonomia dos campi, Reitoria e dos processos de gerenciamento de cada setor. Portanto, considerando a autonomia dos campi e Reitoria, cada qual realizou na carreira TAE, de acordo com a conveniência e oportunidade as disponibilidades das vagas. Portanto, a decisão não é de competência da comissão do certame.</p>

Macapá-AP, 17 de outubro de 2023.

COMISSÃO INSTITUÍDA PELA
PORTARIA Nº 999/2023 GAB/RE/IFAP